Opinião Socialista

PSTU

Ano XI - Edição 312 - Colaboração: R$ 2 - De 30/08 a 05/09/2007 - www.pstu.org.br

NO PLEBISCITO POPULAR

VOTE NÃO!

Não à reforma da Previdência!
Não ao pagamento da dívida pública!
Não às altas taxas de energia elétrica!
Não à privatização da Vale!

MENSALÃO:
A LAMA VOLTA AOS HOLOFOTES

Página 4

A TRAGÉDIA NO PERU E O DESCASO DO GOVERNO ALAN GARCÍA

Página 9

90 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA:
A VALIDADE DA ESTRATÉGIA DE OUTUBRO

Páginas 10 e 11

PLEBISCITO

Em Santa Catarina, a preparação conta com a ajuda do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação), o maior sindicato do estado. Foram realizados vários seminários nas diversas regiões do estado, em geral organizados pelo Sinte, com a ajuda do MST, das pastorais e da Consulta Popular. O encontro estadual em Curitibanos, com 200 pessoas foi muito bom, e encurralou a CUT. Essa central chapa branca defendia apenas uma pergunta, mas não se observa um movimento real de preparação do plebiscito por uma pergunta.

PÉROLA

Isso corrobora que houve trocas

RICARDO LEWANDOWSKI, Ministro do STF, conversando pela internet com sua colega Camen Lúcia, na sessão de julgamento do mensalão, onde revelaram detalhes de seus votos, e deram a entender que o resultado do julgamento refletia na sucessão de Sepúlveda da Pertence (*O Globo 25/08*).

A CONTA

O PCdoB esteve em campanha para comprar uma sede própria. Para isso, o partido resolveu fazer um jantar numa churrascaria em São Paulo, cujo convite custava R$ 1000,00, na granfiníssima "Fogo de Chão" . O evento contou com a participação de figuras como o tucano Geraldo Alckmin e os "DEMonistas" Gilberto Kassab e Rodrigo Garcia. Com orgulho, o portal do partido refere-se a esse público tão eclético como uma "demonstração de convívio democrático".

CHARGE / AROEIRA

SAÍDAS JURÍDICAS

MOBILIZAÇÕES

Mais de 30 mil profissionais da educação realizaram um ato unificado na tarde desta sexta-feira, 24, na capital paulista. A manifestação reuniu um amplo conjunto de entidades dos servidores estaduais da educação que lutam contra os ataques do governo Serra. Os professores e funcionários estão em campanha salarial e rejeitaram por unanimidade a política de avaliação de desempenho e gratificação apresentada pelo governador. Eles aprovaram, ainda, um calendário de luta com indicativo de greve para o dia 14 de setembro.

KIT GAION

'LEI DO CÃO'

É assim que era chamada a Lei 8592/07 implementada pelo governador do Maranhão, Jackson Lago (PDT), e por seus apoiadores (PT, PCdoB, PPS, PSDB, PPS, PMN). O projeto retirava direitos históricos do funcionalismo público estadual e, em particular, dos trabalhadores da educação superior da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do ensino médio. Após muita luta, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi julgada, no dia 16, no STF, declarando inconstitucional a "Lei do Cão". Mas isso só aconteceu depois de muita luta. Professores do ensino superior, alunos e técnicos – já estiveram em greve por mais de 90 dias. Em seguida, aderiram à mobilização os trabalhadores do ensino médio. Foram as ações das greves que permitiram derrotar o governador Lago.

LITERATURA

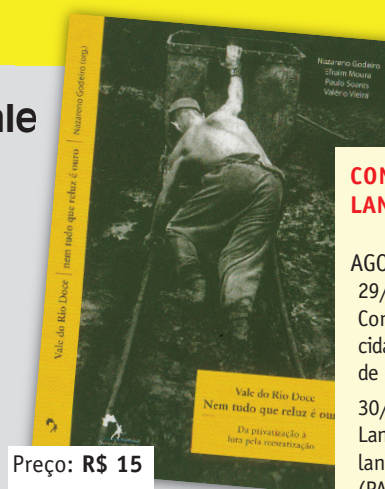
VALE DO RIO DOCE: NEM TUDO O QUE RELUZ É OURO

Livro analisa privatização da Vale e luta por sua reestatização

Todos os dias saem notícias na grande imprensa sobre os recordes batidos pela Companhia Vale do Rio Doce. A empresa hoje é um conglomerado composto por 64 empresas, 52 mil funcionários e atua em cerca de 20 países.

O livro Vale do Rio Doce: nem tudo que reluz é ouro traça um panorama da mineração no mundo e no Brasil e estuda a nova distribuição dos países na globalização de hoje, revelando o milagre da Vale. O livro analisa, também, todo o processo de privatização e suas irregularidades, concluindo que a venda das estatais pelo governo de FHC acelerou a perda de soberania do Brasil. A obra conta também com um apêndice que analisa o novo papel do Brasil como uma submetrópole na América do Sul.

Os autores do livro são ligados ao setor da mineração e apresentam uma visão histórica e atual desde a ótica da classe trabalhadora. O tema se torna ainda mais interessante, uma vez que há um grande debate na sociedade sobre a privatização da Vale.

O plebiscito popular sobre a venda da companhia, que ocorrerá em setembro, será mais um elemento na discussão. Este livro ajudará o leitor e a leitora a definir seu próprio juízo.

Preço: **R$ 15**

ORGANIZADOR:
Nazareno Godeiro
160 páginas - 14 X 21 cm

LIVRARIA
ARSENAL DO LIVRO
arsenaldolivro@yahoo.com.br
(11) 3253.5801
Promoção de frete grátis para todo o país

CONFIRA OS LOCAIS DO LANÇAMENTO DO LIVRO

AGOSTO

29/08
Congonhas do Campo (MG), cidade onde se encontra a Mina de Fábrica da CVRD

30/08
Lançamento na UFMG
lançamento em Parauapebas (PA), município que abriga a região mineradora de Carajás

31/08
Itabira (MG), cidade onde nasceu a Vale em 1942

SETEMBRO

4/03
Universidade Federal de Juiz de Fora (MG)

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Yara Fernandes **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2777.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

A HORA DO NÃO

Basta do sim, senhor. Basta do sim ao salário de fome enquanto os banqueiros têm lucros recordes ano após ano. Basta do sim ao desemprego, quando existe tanta coisa a se fazer neste país, e tantas mãos dispostas a trabalhar. Basta do sim à corrupção do governo, do congresso e da justiça, corrupção do PT e do PSDB-DEM. Basta do sim dado a Bush, tanto por Lula como por FHC.

É hora do não.

É hora de dizer não à reforma de Lula que quer nos tirar o direito à aposentadoria. Dizer não à privatização da Vale, feita por FHC e mantida por Lula. Dizer não à privatização do setor elétrico e às altas tarifas cobradas dos mais pobres. Dizer não ao pagamento das dívidas interna e externa que impedem um crescimento real dos salários e empregos dos trabalhadores.

O Plebiscito Popular que está sendo impulsionado pela Conlutas, MST, pastorais da igreja e outros movimentos chegou ao momento decisivo. Na semana da Independência, de 1º a 7 de setembro, os trabalhadores e estudantes serão chamados a se posicionar sobre quatro pontos decisivos na política econômica do governo. Em poucos momentos, os trabalhadores e estudantes são chamados a tomar uma posição sobre temas centrais da realidade do país.

Uma boa participação das bases no plebiscito fortalecerá cada uma dessas lutas e enfraquecerá o governo e a oposição de direita (PSDB, DEM), que querem impor novos ataques como a reforma da Previdência.

Seria possível alcançar uma votação igual ou superior à conseguida em 2002, com cerca de 10 milhões de votos colhidos. No entanto, existe uma parte da direção do movimento que está atuando para bloquear isso. Agem como fazem muitas vezes os pelegos quando têm que ir a uma greve, só para poder evitar que ela se choque com o governo e os patrões.

É isso que as direções da CUT, UNE e PCdoB estão fazendo, ao defender que o plebiscito só tivesse a pergunta sobre a privatização da Vale, feita no governo FHC, para livrar a cara do governo Lula. E não é verdade que essas direções estejam realmente a favor de um grande plebiscito por uma pergunta. Em vários estados não existe preparação na base dos sindicatos dirigidos pela CUT para nenhum tipo de plebiscito. Essa atuação dos setores governistas pode limitar o alcance político do plebiscito e diminuir a votação na base.

Os setores do movimento independentes do governo têm agora uma prova de fogo. Uma participação ampla da base nos sindicatos e associações estudantis e populares ajudará na preparação concreta da luta contra a reforma da Previdência que o governo Lula vai querer impor agora. Uma boa votação na base com as quatro perguntas fortalecerá em muito a preparação da marcha a Brasília em outubro. E, além disso, reforçará a construção de uma alternativa de luta, por fora do governismo da CUT e da UNE.

Esse é um dos motivos pelos quais a posição da direção do MST é fundamental. O MST é uma referência importante para amplos setores de vanguarda. Existe uma oscilação de um lado para outro, que tem em sua origem o fato da direção do MST não ter rompido com o governo Lula, apesar de se mostrar mais crítico. Em muitos estados, o MST tem estado firme na preparação do plebiscito com as quatro perguntas. Em outros, como Pernambuco, está junto com a CUT. Nas mobilizações nas universidades de vários estados, fez coro com a UNE sem nenhuma crítica ao governo. O jornal "Brasil de Fato" (que tem bastante influência do movimento), colocou uma declaração de Lula sugerindo que o presidente apóia a mobilização pela reestatização da Vale, o que não é verdade. O MST tem uma tradição enorme de lutas a defender, e também tem que dizer não com clareza ao governo Lula.

O não do plebiscito é um NÃO ao governo Lula e um NÃO à oposição de direita do PSDB-DEM. Levante esta bandeira e organize o plebiscito em seu sindicato, na sua entidade estudantil ou popular.

Com os quatro NÃOs do plebiscito, começa a se construir um sim. Um sim para a luta dos trabalhadores da cidade e do campo e dos estudantes. Um sim, para a retomada das bandeiras da esquerda.

ERRATA – No OS 307, na matéria "Governo radicaliza e sinaliza mais ataques", há uma crítica à corrente C-Sol como sendo dos militantes da Conlutas que atuam na frente de oposição "Vamos à Luta". Na verdade, a crítica é dos companheiros do **PSTU** que atuam na frente.

ERRATA 2 – No OS 311, nas páginas centrais, a tabela sobre o custo da energia elétrica em diferentes países teve três colunas apresentando os valores como "residencial". Na verdade, a primeira coluna trata do custo residencial, a segunda coluna do custo comercial e a terceira, do custo industrial.

ANTONIO CRUZ/ABR

MENSALÃO VOLTA A INCOMODAR GOVERNO

DURANTE JULGAMENTO, ministros são flagrados em diálogos que mostram loteamento de cargos no Supremo Tribunal Federal

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Teve início no último dia 22 o julgamento que analisa a denúncia do Ministério Público sobre o mensalão, o escândalo que estremeceu o governo Lula em 2005, revelando um intrincado mega-esquema de corrupção e rapina do dinheiro público. Apesar de todo o estardalhaço, o atual julgamento definirá apenas se o STF (Supremo Tribunal Federal) acata ou não a denúncia.

A denúncia do Procurador Geral da República, Antonio Fernando de Souza, enumera 40 acusados dos mais variados crimes tipificados pelo Código Penal, como formação de quadrilha, corrupção e lavagem de dinheiro. A denúncia do Procurador acusa a utilização de dinheiro público e privado para a compra de votos na base aliada do governo Lula. Souza descreve a ação da "quadrilha", chefiada pelo ex-ministro José Dirceu.

VELHAS FERIDAS

Dois anos após o escândalo, o tema do mensalão volta às páginas dos jornais, resgatando do limbo figuras já quase esquecidas, como Marcos Valério, José Genoíno, Delúbio Soares, Silvio "Land Rover" Pereira, Gushiken, entre outros, que emergem do anonimato para se defenderem das acusações.

Segundo a denúncia do Procurador, a "quadrilha" atuava em três núcleos coordenados. O núcleo político, eixo do mensalão e comandado por Dirceu, desviava recursos públicos para custear despesas de campanha de políticos do PT e aliados, além de comprar votos de partidos da base aliada para temas importantes para o governo. Já o núcleo financeiro lavava dinheiro para o esquema, enquanto o núcleo publicitário cuidava de elaborar contratos fraudulentos com estatais para desviar recursos.

Documentos anexos à acusação do Ministério Público comprovam o desvio de verbas do Ministério dos Esportes e da empresa privatizada Cosipa, que foram parar, respectivamente, nas mãos dos deputados Paulo Rocha (PT) e João Paulo Cunha (PT). Segundo a denúncia de Souza, "*quem articulou tudo isso e ajustou os serviços da quadrilha liderada por Marcos Valério e aquela dos dirigentes do Banco Rural foram os integrantes desse núcleo central, precisamente os denunciados José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, José Genoíno, Delúbio Soares e Silvio Pereira*".

Levantamento cruzando as movimentações bancárias de Marcos Valério e as votações no Congresso mostra que os volumosos repasses realizados pelo empresário aos deputados coincidem com votações importantes, como a reforma da Previdência em 2003.

Por outro lado, causa muita estranheza o fato do procurador não denunciar as empresas corruptoras. Afinal, de onde veio todo o dinheiro do mensalão? Ocorre que uma investigação profunda dos corruptores revelaria que grande parte do dinheiro teria origem nas grandes empreiteiras e bancos, algo que até o corrupto Roberto Jefferson reconheceu recentemente em entrevista à imprensa. No entanto, isso colocaria na mira os principais financiadores das campanhas eleitorais dos grandes partidos. Por isso não se mexe no vespeiro.

As evidências e provas do mensalão existem, são irrefutáveis e mostram como o bando petista roubou dinheiro do orçamento para atacar ainda mais os trabalhadoresSerão, finalmente, processados e punidos pelos seus crimes? O circo montado pelo STF para receber a denúncia aponta exatamente o contrário.

UMA PIZZA DE TOGA

O Supremo Tribunal Federal e a mídia armam um verdadeiro espetáculo para o que está sendo chamado de "julgamento do mensalão". O caso está sendo tratado como uma espécie de redenção das instituições diante da vergonhosa pizza na qual o escândalo no Congresso culminou. Ou seja, depois da série de absolvições dos mensaleiros na Câmara dos Deputados, tomada pela corrupção, a Justiça, supostamente neutra e isenta, julgaria os criminosos de forma imparcial.

No entanto, se o Congresso é uma instituição falida e corrupta, o Judiciário e sua mais alta Corte, o STF, não escapam à regra. Basta lembrar que nunca em sua história o tribunal condenou alguém. Até mesmo o ex-presidente Fernando Collor, quando julgado pelo STF, foi absolvido por "falta de provas".

Isso ocorre, pois os ministros do STF são indicados pelo presidente da República, passando pelo crivo do Senado. Ou seja, antes mesmo de vestirem a toga, estão profundamente comprometidos com o Executivo e o Legislativo. Dos atuais 10 ministros que atuam no Supremo, seis foram indicados por Lula. Dois outros foram indicações de FHC, um foi apadrinhado por Collor e o mais antigo por Sarney. As indicações obedecem aos mesmos critérios do loteamento dos cargos das estatais. É o velho esquema do "toma lá, dá cá". Conchavos, trocas, pressão dos partidos da base aliada, tudo entra no jogo.

Foi o que mostraram, por exemplo, as conversas pela internet – flagradas por fotógrafos – entre os ministros Carmem Lúcia e Ricardo Lewandowski. Mais do que fofocas, os diálogos mostram como as indicações ao cargo de ministro ocorrem por conchavos. Em certo momento, os ministros manifestaram preocupação sobre o fato do jurista Carlos Alberto Direito ser nomeado para a vaga de Sepúlveda Pertence, ministro do STF que vai se aposentar em breve. "*Isso corrobora que houve trocas*", comenta Lawandowski a Cármen Lucia, na sessão de julgamento do mensalão. A nomeação de Carlos Alberto Direito contaria ainda com o apoio de cabeças coroadas do PMDB.

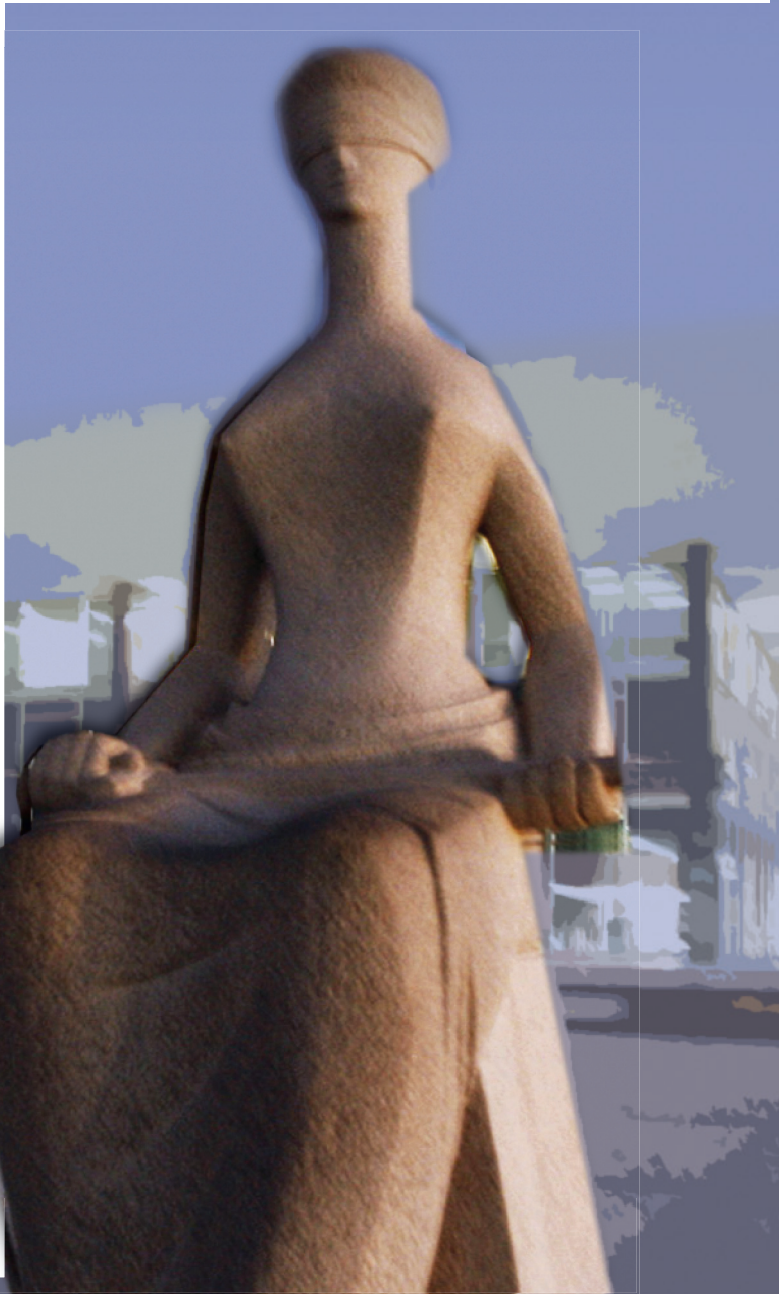
Portanto, a despeito de toda a aura olímpica que protege os ministros, o STF é mais uma instituição corrompida, entregue às mesmas práticas que deram origem ao mensalão. É improvável que alguém seja punido nesse processo, que, aliás, caso seja realmente aceito, não tem prazo para terminar, podendo se estender indefinidamente. Juristas afirmam que a ação penal, caso seja aceita, pode se arrastar por anos, inclusive com alguns crimes prescrevendo.

ESQUEMAS PERMANECEM

Dois anos após o estouro da crise, os velhos esquemas fisiológicos permanecem intactos. Trocaram os nomes, mas a estrutura corrupta continua atuante. A recente crise aérea revelou como a direção de órgãos responsáveis pela regulação do setor, como a Anac e a Infraero, torna-se moeda de troca política nas mãos do governo.

Os denunciados pelo Ministério Público, como Delúbio Soares e Silvio Pereira, têm suas defesas garantidas pelos mais famosos e caros advogados do país. Honorários que podem chegar a R$ 1 milhão são pagos por sabe-se lá quem, já que o PT estaria arrumando suas finanças após o fim da farra do valerioduto.

Apesar de ser altamente improvável que alguém seja punido, é inegável que o governo Lula sofrerá um certo desgaste com a reaparição de figuras que foram estrategicamente empurradas para debaixo do tapete.

Porém, terminado o julgamento, a corrupção, o loteamento de cargos e os lobbies de grande empresários continuarão. Pois, na democracia dos ricos, esse é o jogo, essas são as regras.

GOVERNO ETERNIZA CPMF E DESVIA VERBAS PARA PAGAR DÍVIDA

ENQUANTO BRASILEIROS pagam cada vez mais impostos, os serviços públicos estão cada vez mais sucateados

***YARA FERNANDES**, da redação*

No dia 22 de agosto, a Folha de S. Paulo divulgou que no primeiro semestre de 2007 o Brasil bateu um recorde histórico: nunca os brasileiros pagaram tanto em impostos. Nesses sete primeiros meses do ano, o total da arrecadação em impostos, contribuições e taxas foi de R$ 332,8 bilhões, o equivalente a 34,23% do PIB do período.

Deste montante, R$ 20,7 bilhões são da CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira). Até o final de 2007, esta contribuição deve totalizar a cifra também histórica de R$ 36 bilhões. Em 2006, a CPMF arrecadou cerca de R$ 32 bilhões.

Mas, se nunca o Brasil arrecadou tanto em impostos, para onde vai esse dinheiro? Os serviços públicos estão cada vez mais sucateados, com falta de verbas, de profissionais concursados, com baixos salários e péssimas condições de trabalho. Exemplo disso é o caos da saúde pública no nordeste, que levou os profissionais a realizarem polêmicas greves.

Ao mesmo tempo em que sobem os tributos para o trabalhador, o governo isenta as grandes empresas, supostamente para promover o crescimento econômico. Além disso, a maior parte da arrecadação é usada para pagar os juros da dívida pública. Com isso, por mais que se arrecade em taxas e impostos, nada é investido em serviços públicos, porque o dinheiro vai para o bolso dos banqueiros internacionais.

A CPMF

A Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) é um tributo federal de 0,38% sobre operações financeiras. Todo brasileiro que possui conta bancária vê em seu extrato esta cobrança a cada 10 dias.

A CPMF substituiu o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que vigorou em 1994 com uma alíquota de 0,25% sobre débitos em conta. A CPMF passou a vigorar em 23 de janeiro de 1997, baseada na edição da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996. No início de 1999, a contribuição foi substituída pela IOF. A CPMF foi então ressuscitada em 17 de junho de 1999. Sua alíquota, que era de 0,20%, foi elevada para 0,38%.

A Contribuição surgiu para financiar ações e serviços de saúde, diante da crise que havia no Sistema Único de Saúde (SUS). Depois, além de ter sua função estendida ao financiamento do Fundo de Combate à Pobreza e à Previdência pública, a DRU (Desvinculação dos Recursos da União) ainda permite o desvio desses recursos para pagamento da dívida pública e seus juros.

A CPMF deveria ser provisória, mas já dura mais de 10 anos. Agora, o governo quer prorrogá-la até 2011. Parte da oposição burguesa diz que é preciso acabar com a cobrança. Já os governadores querem uma parte dessa arrecadação. Sem a prorrogação, a CPMF vigora até dezembro.

PARA ONDE NÃO VAI?

A CPMF deveria servir para aumentar os recursos para a saúde. Entretanto, a cada ano, as verbas para este setor minguam. A Emenda Constitucional nº 29 estabelece que o valor mínimo que deveria ser destinado à saúde é R$ 43,9 bilhões. Mas há ainda o Projeto de Lei Complementar 01/03, que pode determinar que 10% das receitas brutas da União sejam para a saúde. Se isso já estivesse aprovado, o valor mínimo a ser destinado por ano ao setor seria de R$ 56,7 bilhões. Mas o orçamento anual aprovado para a saúde não chega perto de nenhum dos dois valores.

Em fevereiro deste ano, o Ministério do Planejamento bloqueou R$ 16,4 bilhões do orçamento. O principal corte foi na pasta da Saúde, que tinha R$ 40,638 bilhões e teve corte de R$ 6,452 bilhões. Restaram R$ 34,876 bilhões, valor inclusive inferior ao montante da pasta no ano anterior, de R$ 35,45 bilhões.

PARA ONDE VAI?

Qualquer um que já tenha adentrado um hospital público percebe que não é para lá que estão indo os altos recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, taxas e contribuições.

Em 2006, se para a saúde o governo destinou R$ 35,45 bilhões, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública foram R$ 275 bilhões, ou seja, 36,7% do orçamento (dados da Auditoria Cidadã da Dívida).

Já em 2007, enquanto o governo deixou parcos R$ 34,876 bilhões para a saúde, só no primeiro semestre do ano houve um superávit primário (economia feita para pagar a dívida pública) recorde. Já foram economizados R$ 71,6 bilhões, o que corresponde a 5,9% do PIB. Com esse resultado, só no primeiro semestre do ano, o governo já economizou a maior parte da meta de superávit para todo o ano de 2007. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) definiu como meta R$ 95,9 bilhões de economia.

No Brasil, tanto a CPMF, que deveria financiar a saúde pública, como todos os outros tributos servem para engordar os bolsos dos banqueiros. E quem paga a maior parte dos impostos é a maioria dos trabalhadores, que mais sente falta dos serviços públicos. O debate que se deve fazer sobre os impostos e o seu destino no Brasil não é simplesmente a manutenção ou não da CPMF, mas a manutenção ou não desta lógica do capital, que sangra os trabalhadores e destrói os serviços públicos em benefício de alguns capitalistas.

Caos no nordeste

As greves do funcionalismo da saúde do Nordeste denunciam o caos da saúde no país, exatamente quando o governo e o Congresso negociam a continuidade da CPMF.

Greves sacudiram estados como Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará em defesa não só de melhorias salariais para os funcionários como da própria saúde pública.

Em Alagoas, diante das precárias condições de trabalho, a categoria resolveu durante a greve tomar uma solução drástica e desesperada: a demissão coletiva. Além disso, a Justiça anunciou que os grevistas teriam que pagar multa de R$ 100 por dia parado. Após 88 dias de greve, os médicos voltaram ao trabalho e aceitaram a proposta de reajuste parcelado de 39,3% em cinco vezes. Mas ainda reivindicam a suspensão das multas e demissões coletivas.

Na Paraíba, os profissionais do Programa Saúde da Família de João Pessoa iniciaram uma greve de advertência de 48 horas. Eles reivindicam melhoria nas infraestruturas das 180 unidades na capital paraibana e isonomia salarial com os profissionais que trabalham em Campina Grande (130 km de João Pessoa).

Em Pernambuco, 134 médicos de emergências públicas se demitiram porque já não agüentam mais as péssimas condições de trabalho. Eles chegam a atender mais de 100 pacientes num único plantão e recebem péssimos salários. A resposta do governo de Eduardo Campos (PSB) foi entrar na justiça para tentar obrigar os médicos a trabalharem forçosamente. O juiz acatou o pedido liminar e determinou multa diária de R$ 1 mil reais para cada médico que pedir demissão.

A categoria suspendeu a greve depois de um recuo do governo, que foi obrigado a reajustar os salários em 35%, uma importante vitória.

QUATRO VEZES "NÃO"

VAMOS DIZER "Não" à reforma da Previdência, à privatização da Vale, à dívida pública e ao roubo da energia elétrica

DA REDAÇÃO,

Durante a semana da Independência, entre os dias 1º e 7 de setembro, ocorre em todo o país o Plebiscito Popular organizado pelos movimentos sociais e populares. O Plebiscito capitaneado pelo Comitê pela Anulação do Leilão da Vale do Rio Doce traz, além da questão sobre a privatização da mineradora, perguntas sobre o pagamento da dívida pública, a privatização do setor de energia e a reforma da Previdência do governo Lula.

As quatro questões englobam aspectos fundamentais da política econômica neoliberal de Lula. As últimas edições do **Opinião Socialista** foram dedicadas a esclarecer cada questão, ressaltando a enorme importância de cada uma delas. Apesar da manobra da CUT, de levar apenas a primeira pergunta e boicotar as outras três a fim de proteger o governo, nos estados, grande parte dos comitês de base organizam a votação com as quatro perguntas.

Em alguns estados, os comitês decidiram incluir mais perguntas. No Sul, por exemplo, haverá uma questão referente aos pedágios. Já no Nordeste, o plebiscito também questionará a Transposição do Rio São Francisco, projeto do governo que só beneficia os fazendeiros e latifundiários em detrimento da população que depende do rio.

É hora agora de colocar o plebiscito nas ruas, sindicatos, escolas, universidades e locais de trabalho, conscientizando a população sobre os temas e coletando um grande número de votos. Uma expressiva votação pode ajudar a impulsionar a luta contra as privatizações e as reformas do governo.

As mãos que trabalham são as que devem decidir!

PLEBISCITO POPULAR 2007

DIGA NÃO!

POR QUE A VALE NÃO DEVE FICAR NAS MÃOS DO CAPITAL PRIVADO

A Vale do Rio Doce, a segunda maior empresa brasileira, foi privatizada há dez anos, durante o governo FHC (PSDB) sob uma chuva de irregularidades jurídicas na transação, que beneficiaram os empresários que a compraram. Houve uma desvalorização do preço da companhia, vendida por R$ 3,3 bilhões, enquanto sua avaliação foi de R$ 92,64 bilhões. Na verdade a privatização foi uma "doação" da empresa para o capital privado, pois o lucro dela em três meses foi superior ao preço da sua "venda".

O lucro da Vale, só durante o governo Lula, foi de R$ 45,7 bilhões (já inclusos os R$ 10,9 bi desse primeiro semestre). Até o final do governo Lula, a Vale poderá ultrapassar os R$ 80 bilhões de lucro. Dinheiro que seria suficiente para realizar a reforma agrária no país, assentando 4,5 milhões de famílias sem-terras. Segundo cálculos da Auditoria Cidadã, o custo deste projeto tão importante para o país ficaria em R$ 78,5 bilhões (R$ 17, 5 mil por família).

A Vale é um patrimônio do povo brasileiro e não pode continuar nas mãos do capital privado. É preciso anular a sua privatização. Pesquisa recente revelou que mais de 50% dos brasileiros são favoráveis à retomada da empresa privatizada, com apenas 28% contrários à medida.

POR QUE DIZER NÃO AO PAGAMENTO DAS DÍVIDAS

O Brasil vem sofrendo um roubo sem precedentes na nossa história. Em 2006, o governo Lula pagou R$ 275 bilhões em juros para banqueiros e grandes empresários nacionais e internacionais. Valor muito superior aos R$ 91 bilhões gastos com a área social (educação, saúde, saneamento, moradia, reforma agrária etc). Mesmo assim, as dívidas não pararam de crescer. Nos seis primeiros meses de 2007, a dívida interna já cresceu R$ 182 bilhões, e hoje seu valor ultrapassa os R$ 1,2 trilhões.

Para pagar a dívida são retirados os recursos dos serviços públicos e sociais. O governo destina apenas 2,8% para a educação e cultura e 6% para saúde e saneamento, enquanto cerca de 40% do orçamento do país é reservado ao pagamento de juros e amortização da dívida pública. É preciso exigir que as verbas públicas sejam voltadas para educação, saúde, moradia, reforma agrária e geração de empregos.

POR QUE DIZER NÃO À EXPLORAÇÃO DA ENERGIA PELO CAPITAL PRIVADO

A privatização do setor elétrico no país, seguida de racionamento, revisão tarifária e aumento de encargos, elevou preço do serviço para a população. Hoje os brasileiros pagam R$ 15 bilhões a mais, por ano, com tarifas de energia.

Entretanto, o Brasil tem um dos custos de produção de energia mais baixos do mundo, pois a principal fonte para geração de energia elétrica é a água (hidroeletricidade). O custo de produção de um kilowatt de energia através dessa fonte é em torno de R$ 0,06 (seis centavos). Ou seja, se gastarmos 200 kilowatts por mês, o custo é de R$ 12,00 (doze reais). Então, por que pagamos, em média, mais de R$ 0,30 (trinta centavos) o kilowatt no Brasil? Por que em estados como Minas Gerais e Goiás, as famílias pagam até R$ 0,60 (sessenta centavos) o kilowatt? Nestes casos, uma família que consome 200 kilowatts de energia por mês, vai ter que pagar uma conta de R$ 120,00, ou seja,10 vezes mais que o custo!

O preço da tarifa é roubo porque o setor industrial paga até oito vezes menos do que a população. Apesar de ser quem mais gasta luz no Brasil. Quase a metade de toda a energia produzida é utilizada pela indústria e cerca de 550 grandes consumidores gastam praticamente 20% da energia elétrica produzida no país. É o pobre pagando a luz para o rico.

AMPLIAR A LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE LULA

Não foi sem motivo que a CUT tentou de todas as formas sabotar o Plebiscito, investindo contra as questões que atacavam diretamente a política econômica do governo. A principal razão disso é a iminência da aprovação de uma reforma que vai retirar ainda mais direitos previdenciários dos trabalhadores. A central governista sabe que uma ampla votação no plebiscito ajudaria a conscientizar os trabalhadores sobre os perigos da reforma, fortalecendo uma mobilização que se chocaria de frente com o governo.

Durante a reunião do Fórum Nacional da Previdência Social realizada no último dia 22, o atual ministro da Previdência e ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, reafirmou o objetivo de finalizar a proposta de reforma da Previdência até o final de setembro. Assim que terminada, a proposta será levada diretamente para a aprovação no Congresso.

As recentes turbulências no mercado financeiro internacional fizeram com que o governo apressasse a urgência da aprovação da reforma, a fim de garantir tranqüilidade aos investidores e banqueiros internacionais. Trata-se de um indicativo de que, aconteça o que acontecer, o pagamento dos juros da dívida pública será prioridade de absoluta para o governo, em detrimento da Previdência e de investimentos sociais.

POR QUE DIZER NÃO À REFORMA

A farsa de que a Previdência é deficitária é tão grande que o próprio governo foi obrigado a alterar seu discurso. Agora, afirma que, embora não seja deficitária, é insustentável a longo prazo. Mais uma mentira para impor ainda mais ataques aos trabalhadores e aposentados. Veja por que votar "não" à essa reforma no Plebiscito Popular:

- O governo quer desvincular o piso previdenciário do salário mínimo, arrochando ainda mais a aposentadoria.
- A reforma de Lula vai estabelecer a idade mínima de aposentadoria para 67 anos para os homens e 65 para mulheres.
- Vai acabar com a diferenciação de tempo de contribuição entre homens e mulheres e com os tempos especiais dos professores.
-Vai extinguir a aposentadoria especial dos trabalhadores rurais.
- Vai diminuir as pensões.
- Vai aumentar para 70 anos a idade para o pagamento do benefício assistencial das pessoas com necessidades especiais.

ORGANIZE O PLEBISCITO EM SUA REGIÃO!

PARA REALIZAR a votação na sua cidade ou região, é necessário providenciar mesas de votação e mesários responsáveis pelo processo. O local de votação deverá ter cartazes e faixas identificando o plebiscito e orientando o votante. Todo o material para o plebiscito pode ser "baixado" do site da Conlutas ou do Portal do PSTU.

A VOTAÇÃO pode ocorrer nos locais de trabalho, escolas, universidades, órgãos públicos, igrejas, ou em locais públicos de grande circulação, como pontos de ônibus, calçadas etc. Se for preferível, é possível ainda realizar o plebiscito com urnas volantes, especialmente em cidades do interior, ou seja, os mesários percorrerem as comunidades coletando votos.

• A VOTAÇÃO

As urnas devem conter uma identificação do plebiscito e garantir o sigilo do voto.

As urnas podem ser emprestadas pelo poder judiciário ou entidades como sindicatos e associações.

Cada urna deve ter uma ata para relatar O LOCAL, OS DIAS E O HORÁRIO DA VOTAÇÃO, ASSIM COMO O NÚMERO DE VOTANTES E QUALQUER PROBLEMA QUE EVENTUALMENTE TENHA OCORRIDO. Após preenchida, a ata deve ser enviada pelo correio para a Coordenação Estadual do Plebiscito até o dia 10 de setembro, guardando-se uma cópia para ser guardada junto com os votos apurados.

• O MODELO DE CÉDULA

com as quatro perguntas deve ser impresso e copiado. O presidente da mesa e um mesário devem assinar seu verso. Os votos não devem ser jogados fora após a contagem, mas guardados por um período de um ano.

PLEBISCITO POPULAR
De 1º a 7 de setembro de 2007

Plebiscito Popular Nacional pela nulidade do leilão da Companhia Vale do Rio Doce

1– Em 1997, a Companhia Vale do Rio Doce– patrimônio construído pelo povo brasileiro– foi fraudulentamente privatizada, ação que o governo e o poder judiciário podem anular. A Vale deve continuar nas mãos do capital privado?

☐ NÃO ☐ SIM

2– O governo deve continuar priorizando o pagamento dos juros da divida externa e interna, em vez de investir na melhoria das condições de vida e trabalho do povo brasileiro ?

☐ NÃO ☐ SIM

3– Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando ate 8 vezes mais que as grandes empresas?

☐ NÃO ☐ SIM

4– Você concorda com uma reforma da previdência que retire direitos dos trabalhadores/as?

☐ NÃO ☐ SIM

• VOTANTES E PRAZOS

Podem votar no plebiscito os maiores de 16 anos. Para isso, o votante deve portar algum documento (título de identidade, eleitor, CPF, etc). O nome e o RG do votante deverão ser preenchidos numa lista de presença. Cada pessoa só pode votar uma vez.

TERMINADO O PRAZO PARA A VOTAÇÃO, a urna deve ser lacrada com fita isolante e assinada pelos mesários. Após ser levada ao local definido pelo comitê para a apuração dos votos, ela deve começar, se possível, ainda no dia 7. A apuração nos municípios deve ocorrer até 10 de setembro. Os dados da votação devem ser enviados para o comitê estadual até o dia 17. A apuração nacional com a contagem e centralização estão programadas para ocorrer até o dia 20.

ATOS REGIONAIS MARCAM ENTREGA DO RESULTADO DIA 25 DE SETEMBRO

A entrega do resultado da votação do Plebiscito Popular está marcada para ocorrer dia 25 de setembro em Brasília. Um conjunto de entidades e movimentos sociais e populares organizadores do plebiscito entregarão o resultado ao Poder Judiciário, Legislativo e o Executivo, exigindo que o governo tome as medidas reivindicadas pelo povo através da votação.

O dia será marcado também por uma série de atos regionais que reivindicarão as medidas contidas no plebiscito. A série de atos e manifestações, além de divulgarem o resultado da votação, servirão para acumular forças para o grande ato em Brasília, em outubro.

Grande ato dia 24 de outubro

VAMOS estremecer Brasília

O calendário de luta nesse semestre tem seu ponto alto no dia 24 de outubro. A Conlutas e as entidades que impulsionam o Plebiscito Popular organizam para a data uma grande manifestação pública, em defesa dos direitos e contra a política econômica do governo Lula.

A marcha ganha ainda mais importância considerando que no período, a depender do governo, o projeto de reforma previdenciária estará em plena tramitação no Congresso Nacional. Além da luta contra a reforma da Previdência, outras reivindicações serão levantadas, como o direito de greve no serviço público e a luta contra as "Fundações Estatais", que representam o avanço da privatização no setor público.

WWW.PSTU.ORG.BR

Visite o especial sobre o plebiscito popular. Nele você poderá preencher um cadastro para ajudar no plebiscito.

TRABALHADORES DOS CORREIOS FAZEM PARALISAÇÕES

KIT GAION

PROTESTO É PARTE da campanha salarial contra a proposta da empresa de reajuste rebaixado

***EZEQUIEL FERREIRA**,*
de São Paulo (SP)

Para protestar contra a sobrecarga de serviço e exigir melhoria das condições de trabalho e contratação de funcionários, os trabalhadores dos Correios realizaram no dia 23 de agosto um dia nacional de lutas com paralisações. Os ecetistas também protestam contra a proposta de reajuste salarial da empresa, de 3,74%. A reivindicação da categoria é de 47,77%.

O resultado do dia de paralisações é bastante vitorioso. Doze sindicatos paralisaram suas bases por 24 horas: Amazonas, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São José dos Campos (SP). Ocorreram paralisações parciais por todo o país, desorganizando totalmente o tráfego postal e telegráfico.

A campanha salarial da categoria tem como eixos principais o reajuste salarial de 47,77%, o aumento real de R$ 200,00 incorporados aos salários, a implantação do PCCS dos trabalhadores, melhores condições de trabalho com contratação de funcionários e defesa dos direitos trabalhistas.

A ECT é, disparada, a empresa que paga os piores salários entre as empresas públicas federais. Conforme tabela do efetivo do último mês de março, 24,9 mil trabalhadores dos Correios têm um salário de R$ 737,39. No total, cerca de 56 mil trabalhadores recebem menos de R$ 800.

TRABALHADORES ATROPELAM GOVERNISTAS

A campanha salarial estava morna. A razão para isso era o fato de a maioria das direções sindicais do movimento, ligadas à CUT (Articulação/PT e CSC/PCdoB), estarem fazendo "corpo mole". Estas direções sindicais estão buscando, de todas as maneiras, negociar um acordo rebaixado com a direção da empresa com alguma concessão que possa dividir a base na mobilização.

Com a paralisação, a categoria deu uma demonstração explícita de que existem todas as condições de superar estas direções e fazer uma grande greve no dia 12 de setembro para derrotar o governo e a direção dos Correios. O próximo passo é organizar uma mobilização em Brasília nos dias 28 e 29 de agosto, como parte da preparação da greve nacional dos trabalhadores.

FUNCIONALISMO ESTADUAL

SERVIDORES CARIOCAS UNIFICAM MOVIMENTO CONTRA CABRAL

***ANDRÉ FREIRE**,*
do Rio de Janeiro (RJ)

No último dia 21, os servidores estaduais, com os profissionais de educação organizados pelo SEPE/RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) à frente, realizaram uma grande passeata até a sede do governo do estado. Os mais de 2 mil manifestantes protestavam principalmente contra a proposta do governador Sérgio Cabral (PMDB), apoiado por Lula e o PT, de reajustar os servidores da educação, saúde e segurança pública em 25%, pagos em 24 parcelas mensais.

REAJUSTE 'CASAS BAHIA'

Os servidores do Rio estão em sua maioria há 12 anos sem reajuste e esta proposta significa um reajuste de pouco mais de 1% por mês. No último dia 16, os profissionais de educação iniciaram greve por tempo indeterminado reivindicando principalmente reajuste emergencial de 26% e a incorporação no vencimento base da gratificação denominada Nova Escola.

Neste mesmo dia, os policiais civis aprovaram greve a partir do dia 20 de agosto. Eles realizaram um ato no centro e começaram a pedir esmolas nas ruas, afirmando "*eu podia estar matando eu podia estar roubando, mas estou pedindo esmolas, pois o meu salário não dá ara sobreviver*".

Além disso, também continuam mobilizados os serventuários da justiça estadual que ficaram de fora da proposta de reajuste do governador. Eles paralisaram dia 22 de agosto e retomarão as paralisações a partir desta semana.

O Sindjustiça, sindicato filiado à Conlutas, exige reajuste imediato de 9,87% e o compromisso de reposição no próximo ano do restante das perdas e a inflação do período. A proposta já foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça, mas tem sua votação impedida pelas manobras da base governista na Assembléia Legislativa.

Os profissionais de educação das escolas técnicas estaduais, organizados na APEFAETEC, associação filiada à Conlutas, também paralisaram no dia 22 e em assembléia geral decidiram realizar nova paralisação no dia 30. O Sindsprev, outra entidade que constrói a Conlutas, também convoca a mobilização unificada. Ele reivindica melhorias nas condições de trabalho e de atendimento nos Hospitais Estaduais, reajuste e a implantação do plano de cargos e salários.

FORTALECER A UNIDADE

Os servidores estaduais realizaram uma plenária geral dia 23 nas escadarias da Assembléia Legislativa, que terminou em uma grande passeata. O movimento unificado já obteve uma vitória. No dia 24, o governo retirou a proposta de reajuste parcelado. Sérgio Cabral agora acena com uma nova proposta rebaixada, de 4%, negociando posteriormente o restante.

"*Foi a unificação dos servidores que fez com que o governo recuasse. Somente o fortalecimento e a ampliação dessas greves e mobilizações vão fazer com que o governo atenda nossas reinvidicações*", afirmou Vera Neponuceno, coordenadora Geral do SEPE/RJ e militante do **PSTU**.

REPRESSÃO DURANTE JORNADA DE LUTAS

DA REDAÇÃO

A Jornada de Lutas em defesa da educação, realizada pelo movimento estudantil e o MST, além de entidades como o Andes, foi marcada pela brutal repressão policial. Na madrugada do dia 22, durante uma ocupação pacífica na Faculdade de Direito da USP, a tropa de choque foi acionada e retirou de forma violenta mais de 300 manifestantes.

Alguns ativistas foram agredidos no momento da invasão policial. A desocupação ocorreu sem mandado judicial e contou com a presença do próprio secretário de Segurança Pública, Ronaldo Marzagão e o secretário de Justiça, Luiz Antonio Marrey, mostrando que a violência contra os estudantes foi comandada pessoalmente pelo governador José Serra.

Outro caso de violência que expressa bem a política de repressão contra os movimentos sociais ocorreu em Belo Horizonte. No dia 22, após uma manifestação pacífica, cerca de 250 estudantes e ativistas dos movimentos sociais ocuparam simbolicamente o prédio da Companhia Vale do Rio Doce.

No entanto, a polícia foi chamada e, instada por advogados da Vale, desocupou o prédio levando 136 pessoas presas, incluindo 27 menores de idade. "A polícia de Aécio Neves tratou a gente como bandidos, tentando nos enquadrar em crimes como depredação, e cárcere privado", afirma Leandro Soto, da Conlute e da Secretaria Nacional da Juventude do PSTU, um dos detidos. "Apesar de se colocar como organizadora da Jornada, a UNE não estava no ato e deixou os estudantes à própria sorte", completa Soto.

A maioria dos detidos foi liberada, mas cinco lideranças ficaram presas durante quase dois dias e só saíram mediante pagamento de fiança de R$ 380.

CMI

INDYMEDIA

GOVERNO ABANDONA VÍTIMAS DO TERREMOTO

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST), *do Peru*

Às 18h41 do dia 15 de agosto, a costa central do Peru foi sacudida por mais de dois minutos por um terremoto de 7.9 graus na escala Ritcher, com epicentro no mar da cidade de Pisco, distrito de Ica. O terremoto foi sentido com grande intensidade em Lima, provocando pânico generalizado, ainda que não tenham sido relatados danos significativos. No entanto, o impacto foi catastrófico em várias cidades de Ica e na província limenha de Cañete.

As últimas informações mostram que o desastre deixou 514 mortos e 1.090 feridos. Não se sabe o número total de desabrigados, embora muitas casas, a maioria nos bairros populares, caíram e houve corte geral de energia elétrica.

O sindicato dos médicos – que pouco antes havia iniciado uma greve de 72 horas por causa da intransigência do governo em atender às suas demandas, entre elas maior orçamento e recursos para a saúde – decidiu suspender a medida para garantir o atendimento das emergências.

PASSIVIDADE CRIMINOSA

Numa mensagem à nação, o presidente Alan García decretou situação de emergência, principalmente no distrito de Ica. Mas foi uma reação apenas discursiva. Passadas mais de 24 horas do tremor não havia ainda operações de brigadas de resgate nem deslocamento especial de recursos para as zonas atingidas, sobretudo para o atendimento aos feridos, muitos dos quais agonizaram e morreram sem receber ajuda. Esta é a razão do aumento radical nas cifras de mortos em horas. Pior ainda, ao invés de agilizar a entrega de ajuda, o governo enviou forças repressivas para evitar o ataque aos caminhões das empresas que transportam alimentos para os desabrigados.

A situação dos centros médicos é calamitosa. Os hospitais entraram em colapso em poucas horas pelo fluxo extraordinário de feridos e se mantinham assim, com seus escassos recursos sem receber verbas especiais.

"*Temos mortos espalhados por toda a cidade, há muitos feridos e não há ambulâncias, leitos nem medicamentos*", declarou o diretor do hospital de Chincha, cinco horas depois dos abalos. Nas praças públicas de Pisco e Chincha, são improvisados "leitos" ao ar livre.

O governo, inexplicavelmente, não respondeu ainda aos urgentes pedidos de hospitais de campanha para atender à especial entrada de feridos. Esta situação não tem nenhuma justificativa nos tempos atuais, em que se exibem cifras de riqueza econômica. Agora vemos que os alertas que lançou a Federação Médica do Peru sobre a precariedade dos hospitais eram totalmente corretos. O governo não reagiu durante meses de diálogo com os médicos e não reage inclusive agora diante da tragédia.

PRESIDENTE PROPÕE PALIATIVOS

O terremoto pôs em evidência a incapacidade do Estado ante o desastre. A lentidão e descaso do governo só se explicam por sua política de austeridade que afeta, principalmente, os trabalhadores e os mais pobres. Será que em meio a essa tragédia o governo continuará empenhado em guardar recursos e fazer caixa para pagar a dívida externa ou para salvar as empresas?

Por mais que a emergência exija, Alan García descartou a criação de algum imposto para financiar a remoção dos escombros, a reconstrução das cidades, assim como a alimentação das vitimas.

Desculpando-se genericamente, como se todos no Peru ganhássemos iguais salários ou tivéssemos as mesmas condições de vida, García assegurou que "*não é bom tirar dinheiro de alguns peruanos para dar a outros*". García cuida, na realidade, apenas dos bolsos das grandes empresas nacionais e estrangeiras que, tal como ele próprio propagandeou na sua gestão, vêm obtendo enormes lucros há quase cinco anos e, portanto, estão mais que em condições de pagar algum imposto de emergência cuja arrecadação seja destinada exclusivamente a atender a emergência do terremoto.

"SOLIDARIEDADE" DO GOVERNO

Entretanto, García segue fazendo cínicos chamados aos mais diversos setores da sociedade para atender às vítimas do terremoto. Aproveitando-se da correta e natural mobilização solidária dos trabalhadores e do povo em todo o país, García encobre sua total falta de atitude para atender ao desastre, assim como a decisão consciente de não repassar nenhum centavo da fatura às grandes empresas – como a Shougang Ferro do Peru, minera chinesa localizada na região de Ica – que hoje enchem os bolsos no país.

Assim, todos os chamados para que médicos, engenheiros, etc. voluntariamente se coloquem à disposição carecem do necessário financiamento estatal que deve fazer da ação dos voluntários uma ferramenta de solução das necessidades dos prejudicados e não adicioná-los ao problema, levando essas pessoas à aventura, sem comida nem lugar onde dormir.

Em nova atitude ridícula, García agora pede aos artistas do país que se "solidarizem" e visitem a região atingida para "cantar e fazer rir" os afetados.

Os próprios ministros pedem financiamentos extras para atender às necessidades. O vice-ministro da Saúde, José Calderón, declarou que é necessário realizar um choque de inversões em seu setor pela situação de risco na infra-estrutura dos hospitais de Lima e de outras partes do país.

O pedido é simplório, não trata de "reforçar" as estruturas de hospitais. É urgente reconstruir os hospitais – incluídos os de Lima – já que em sua totalidade foram seriamente abalados.

García terá diante de si duas alternativas para encarar esta situação: ou pedirá novos empréstimos que farão maior ainda e impagável a fraudulenta dívida externa, ou, somente se existirem milagres, promulgará os impostos às superfortunas mineiras e das demais transnacionais, que enriquecem às custas de nosso país, para financiar integralmente a reconstrução da região afetada e toda a infra-estrutura estatal de saúde golpeadas pelo terremoto.

Os trabalhadores e o povo sabemos qual será a opção que ele tomará. Organizemos a mobilização operária e popular para que a reconstrução das cidades afetadas e da infra-estrutura educacional e de saúde seja paga com o dinheiro das transnacionais e da dívida externa. É absolutamente criminoso manter as escandalosas isenções tributárias às grandes empresas transnacionais em nosso país. É igualmente assassino manter o pagamento da dívida, quando o mais necessário é dinheiro para atender as regiões afetadas.

Além da organização de brigadas solidárias que, financiadas pelo Estado, assumam tarefas de ajuda no local, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) deve convocar já uma mobilização nacional contra a falta de ação de García, para que se concretizem essas medidas o mais rápido possível para, assim, atender de fato os prejudicados.

INDYMEDIA

INDYMEDIA

Casas destruídas no Peru

(SEGUNDA PARTE)

A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO HOJE

Manifestação em frente ao palácio de inverno na Rússia em janeiro de 1917

EDUARDO ALMEIDA,
da direção nacional do PSTU

Como vimos no artigo anterior, Lênin ao chegar do exílio em 1917, defendeu o enfrentamento com o governo burguês democrático e que a tarefa estratégica era a luta pelo poder que conduziria à ditadura do proletariado. Reconhecendo que os bolcheviques eram uma minoria porque as massas apoiavam o governo, definiu que a tarefa fundamental era "explicar pacientemente" o caráter do governo para os trabalhadores, preparando a luta futura pelo poder.

Hoje, é importante retomar essa discussão contra os que querem apoiar governos burgueses se escudando em Lênin.

NOVO REFORMISMO, DE APOIO A CHÁVEZ

Roberto Robaina, dirigente do MES-MTL, hoje a corrente majoritária do PSOL apresenta em um artigo recente uma defesa do apoio e da participação em governos como o de Chávez e Evo Morales. Em sua defesa, reivindica a formulação de Lênin de uma "ditadura democrática do proletariado e campesinato".

"*Uma comparação que temos que colocar é a seguinte: não é válido, por exemplo, definir o que temos visto na Venezuela de hoje e na Bolívia, são uma espécie de governo provisório revolucionário do tipo defendido por Lênin em 1905? Lênin trabalhava a possibilidade de um governo democrático popular surgido da derrubada revolucionária do czarismo, onde os social-democratas deveriam participar. Nas teses da revolução permanente, Trotsky negou a possibilidade de tal regime acontecer. De minha parte, creio que é cedo para uma resposta afirmativa, embora me pareça uma aproximação da realidade definir que tais governos têm um pouco destas características*", escreve Robaina (Revista de América).

Mais a frente ele afirma: "*mantendo a organização independente de partido e a autonomia do movimento de massas, a participação dos revolucionários nestes governos tem legitimidade nos clássicos do marxismo*". E depois: "*concluo que, no mínimo, seria incorreto definir como superada a idéia de ditadura democrática do proletariado e do campesinato, isto é, a possibilidade de termos governos que não sendo socialistas possam ser progressivos, surgidos de revoluções, e que justifiquem, inclusive a participação dos revolucionários no seu interior*".

Robaina deveria repensar esta posição, porque se aproxima claramente da prática já utilizada pelo stalinismo no passado (na revolução chinesa de 1925-27, e inúmeras vezes depois), de reivindicar Lênin para defender uma política oposta à de Lênin. Robaina "esquece" que em 1917, Lênin mudou completamente de política, se recusando terminantemente a apoiar ou participar no governo Kerenski com a burguesia "mais democrática".

A indignação de Trotsky contra a utilização pelo stalinismo da antiga posição de Lênin da "ditadura democrática" para apoiar o Kuomintang (Nacionalistas) na China, poderia se estender a Robaina e seu apoio a Chávez. A comparação é justa até nos detalhes táticos: assim como o stalinismo defendeu a entrada e disciplina dos comunistas chineses no partido Kuomintang, o MES-MTL defende a entrada disciplinada no PSUV de Chávez.

UM ESTADO "NOVO" NA VENEZUELA?

Robaina lembra a expropriação da burguesia na China, e afirma: "*Guardadas as lógicas diferenças, o Movimento ao Socialismo (MAS) na Bolívia também não encabeça ou pode vir a encabeçar um regime deste tipo? Seu caráter camponês é evidente*".

Logo depois: "*E o chavismo somente se explica pela radicalização da pequena burguesia expressa na baixa oficialidade das Forças Armadas Venezuelanas. Neste caso, não foi o movimento camponês mas parcelas da classe média que se radicalizaram e assumiram um programa nacionalista e revolucionário.*"

É verdade que as direções pequeno-burguesas como Mao Tsé Tung, pressionadas pela situação objetiva, avançaram além de suas intenções e expropriaram a burguesia, destruíram o Estado burguês e construíram Estados operários. Mas qual é a definição de Robaina do caráter de classe do estado na Bolívia e na Venezuela?

Como todos sabem, no estágio atual de desenvolvimento da sociedade só é possível existir dois tipos de Estados, o operário ou o burguês. Não existem exemplos de Estados da pequena-burguesia, que não pode imprimir seu caráter de classe heterogêneo e vacilante nem ao Estado nem à economia como um todo.

Será que Robaina opina como nós, que os Estados na Venezuela e Bolívia seguem sendo burgueses? Nesse caso, é completamente errada a definição que ele apresenta desses governos. O marxismo sempre define o caráter de classe dos governos pelos Estados que eles defendem, e não pela origem de classe do governante. Se for correto definir o governo de Chávez ou de Evo como pequeno-burgueses, porque eles têm essa origem de classe, precisaríamos definir o governo de Lula como operário. Se tivermos acordo que o governo Lula é um governo burguês porque defende um Estado burguês, teremos que definir Chávez e Evo como governos burgueses, por defenderem Estados burgueses.

Ou será que Robaina opina que o Estado burguês boliviano foi destruído por Morales, podendo ser comparado ao exemplo da China? Chávez destruiu o Estado burguês na Venezuela? Teria ocorrido já uma revolução socialista na Venezuela que não tenhamos percebido?

Nós temos enormes diferenças com o maoísmo, mas é preciso reconhecer que o PC chinês destruiu o Estado e expropriou a burguesia, o que nem Chávez nem Evo se propõem a fazer. As economias venezuelana e boliviana seguem sendo capitalistas. As nacionalizações são parciais, preservam a aliança na exploração e comercialização do petróleo e o gás com as multinacionais, que seguem tendo lucros gigantescos nesses países. Além disso, está se gerando na Venezuela uma nova burguesia, a partir do Estado, a "boliburguesia". As forças armadas burguesas seguem preservadas, ainda que com oficiais próximos de Evo e Chávez em sua direção.

Existem pouquíssimos exemplos na história de contradições de classe entre o governo e o Estado em um ascenso revolucionário. Isto pode ocorrer nestes poucos casos depois das revoluções e antes que se exproprie a burguesia. Isso aconteceu, por exemplo, na revolução russa depois da revolução de 1917 e antes da expropriação da burguesia em 1918. Mas, voltamos a dizer, isso pode acontecer depois de uma revolução. Será que ocorreu uma revolução operária na Venezuela ou Bolívia e o mundo não percebeu?

Ou será ainda que Robaina partilha da tese de Bernstein e Carlos Nelson Coutinho, de que o Estado não tem um caráter de classe. Que ele é definido pelo governo de turno? Muitas vezes já ouvimos de chavistas que as forças armadas venezuelanas não são burguesas porque são dirigidas por Chávez.

Robaina unicamente apresenta afirmações nebulosas como "*daí a importância, por exemplo, da Venezuela, onde o caráter independente do país abre um debate sobre o tipo de estado e regime*" (pág. 39). Valeria a pena perguntar: que tipo de Estado? Que tipo de regime?

Ou ainda : "*na Venezuela, categoricamente, surgiu um regime novo, porque o regime burguês anterior foi claramente derrotado e muitos oficiais reacionários foram marginalizados depois da derrota do golpe de abril de 2002.*"

Relendo bem essas frases, parece que para Roberto existe um Estado e um regime que não são burgueses na Venezuela. Como não basta para definir um Estado chamá-lo de "novo", seria então um Estado e um regime operários?

A mesma estratégia do stalinismo: os campos “progressivos”

Para justificar seu apoio ao governo Chávez, Robaina faz uma caricatura. Apresenta os que discordam dessa visão, em particular os que reivindicam Nahuel Moreno (fundador da LIT), como defensores que a situação da luta de classes na Bolívia e Equador estivesse assim: “*Sendo assim, a situação objetiva estaria “madura”, já teríamos novos organismos desenvolvidos ou com possibilidades de desenvolver-se, e a correlação de forças a favor das massas. Só faltaria uma direção revolucionária para passar do ‘fevereiro’ da revolução democrática inconclusa, ao ‘outubro vermelho’ da revolução socialista. A realidade, porém, se recusa a se adaptar a este esquema*”.

Esta é uma manobra muito utilizada pelo PCdoB contra nós nas polêmicas sobre ser ou não ser oposição ao governo Lula. A discussão não é, e nunca foi essa. A comparação que se faz é com o caráter burguês do governo Kerenski, Lula, Chávez e Evo. Não estamos igualando a situação da luta de classes vivida nesses casos.

O fundamental é se os revolucionários devem apoiar (e mesmo participar) de governos como Chávez ou Evo. Ou se devem construir como oposição de esquerda a eles.

Isso tem uma importância gigantesca. Toda a estratégia stalinista se caracterizava por negar ao movimento de massas essa possibilidade. Os trabalhadores eram sempre engessados no apoio a governos burgueses progressistas. A realidade política era sempre definida na polarização entre um campo burguês de direita e outro campo, também burguês, hegemonizado pelo governo “progressista”. Os trabalhadores teriam que ser parte deste “campo burguês progressista”.

O problema é que a sociedade está estruturada em classes sociais. A burguesia “progressista” nunca está disposta a mobilizações revolucionárias e acaba por levar a derrotas do proletariado, seja por golpes militares, seja por vitórias eleitorais da direita.

Dessa maneira, nunca se constrói uma alternativa independente dos trabalhadores, que poderá ser o fator determinante quando chegar uma crise revolucionária. Pela estratégia stalinista, agora assumida por Robaina, isso nunca existirá na Venezuela ou na Bolívia.

CONSEQÜÊNCIAS NO DEBATE PROGRAMÁTICO

Alguns poderão pensar que essa discussão não tem nada a ver com a estratégia para o Brasil. É um engano. O texto de Robaina tira conclusões importantíssimas sobre o programa e alianças de classes no Brasil.

Robaina “defende” o Programa de Transição de Trotsky, para deturpá-lo completamente: “*Mas aos riscos do oportunismo somam-se os desvios do sectarismo e do esquerdismo. Nesse sentido, há dois erros graves que não podem ser cometidos: primeiro, a idéia de que o programa da revolução brasileira é necessariamente diretamente socialista; segundo, a negação de uma política de aliança entre classes, como se a mera afirmação dos interesses da classe operária fosse suficiente em uma estratégia revolucionária*”.

Mais adiante, afirma que “*embora seja impossível, hoje, saber em que momento da revolução, as tarefas econômicas e sociais diretamente socialistas, em particular a expropriação do grande capital, estariam postas na ordem do dia*”.

Ao contrário de Robaina, o Programa de Transição afirma: “*É preciso ajudar as massas, no processo da luta, a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de reivindicações transitórias, partindo das condições atuais e da consciência atual de amplas camadas da classe operária a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.*”

O método do Programa de Transição se contrapõe à separação stalinista e social-democrata do “programa mínimo” (que está na consciência das massas) e “programa máximo” (as reivindicações socialistas) para os dias de festa. Ou seja, parte-se da idéia de que a mobilização por questões mínimas ou democráticas (que estão no nível de consciência das massas) pode e deve levar ao enfrentamento com o governo, regime e Estado burgueses, devendo ser associadas no curso da mobilização com outras palavras de ordem transitórias que se choquem com a dominação capitalista. Por exemplo, a luta por questões da saúde e da educação deve levar ao questionamento do superávit primário, ao plano econômico neoliberal e à necessidade da ruptura com o imperialismo. Ou a luta democrática contra a corrupção deve levar à necessidade de expropriar os bancos corruptores.

Roberto parte de uma lógica oposta. Coloca no primeiro e único plano as questões mínimas e democráticas, deixando para “algum dia”, não se sabe quando, as tarefas “diretamente socialistas”. A concepção do programa de transição é rebaixada à idéia de que, como qualquer luta se choca com a dominação capitalista, basta defender uma palavra de ordem mínima ou democrática, e já se tem um “programa de transição”. Com isso, retoma a versão social-democrata e stalinista do programa mínimo, com a falsa cobertura de que “*qualquer luta vai contra o capitalismo*”.

Mais adiante, Robaina afirma: “*estão errados os que dizem que a traição do PT foi ter defendido o programa democrático e popular e não um programa socialista. Esses setores são os mesmos que insistem na crítica de que o PSOL nas eleições cometeu um grave erro em ‘rebaixar’ o seu programa.*”

Ou seja, o “Programa de Transição” de Robaina reivindica o programa democrático e popular do PT, e a prática do PSOL nas últimas eleições!

Nas eleições, Heloísa Helena defendeu um programa rebaixado, ao redor das denúncias de corrupção e da defesa da diminuição dos juros. O Manifesto da Frente de Esquerda, feito em comum entre o PSTU, PSOL e PCB, mesmo tendo limitações, era um programa baseado na concepção de transição, em que as questões mínimas e democráticas eram claramente associadas à ruptura com o imperialismo. Essa ruptura desapareceu do discurso de Heloísa.

A redução da taxa de juros é, por si só, “uma luta contra o capitalismo”? Não. Como dissemos na polêmica programática durante a campanha, “*baixar só as taxas de juros, deixando todo o restante, significa não só manter o capitalismo, mas também seguir dentro do modelo neoliberal. O Chile, o primeiro país a implantar o neoliberalismo tem uma taxa de juros real próxima de zero.*”

O outro tema programático, a luta contra a corrupção, demonstra o mesmo equívoco. Hoje o PSOL segue centrado neste eixo, reeditando o programa petista da “ética na política”. Segundo Robaina, “*Heloísa Helena definiu corretamente na reunião da direção nacional do PSOL de fevereiro de 2007: denunciar a corrupção é revolucionário porque a corrupção tira dinheiro dos pobres para dar aos ricos.*”

A luta contra a corrupção, como bandeira democrática tem grande importância, mas discordamos claramente do PSOL de tomá-la como eixo central de sua política. Além disso, mesmo essa bandeira deve ser encarada com o critério do programa de transição, associada à defesa da prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores, da expropriação dos bancos e construtoras corruptoras, da denúncia do Congresso. O PSOL, ao contrário, faz uma campanha que em nada se diferencia do PT de ontem ou mesmo da oposição burguesa, centrada na “moralização” do Congresso e suas instituições como as CPIs.

Difícil para Robaina, será explicar como a oposição burguesa (PSDB e DEM) cumpre uma tarefa “revolucionária” ao atacar a corrupção do governo Lula. Ou como a burguesia da FIESP é revolucionária ao defender o rebaixamento da taxa de juros.

A defesa do programa democrático e popular do PT da década de 90 tem todo um significado profundo. Ele estava dentro da estratégia reformista de uma “etapa democrática e popular” capitalista, e não de luta pelo socialismo.

O Programa de Transição hierarquiza nos países semi-coloniais como o Brasil a importância das tarefas democráticas como a libertação do imperialismo e a reforma agrária. Mas nega a perspectiva de uma “etapa” intermediária, junto com a burguesia progressista, em que essas tarefas seriam cumpridas. Essas tarefas ou serão realizadas por uma revolução operária e socialista ou não virão.

Defender o programa “democrático e popular” é assumir essa estratégia etapista, típica do stalinismo. Essa era a posição do conjunto da direção do PT (e não só da esquerda petista) por muitos anos, e só foi abandonado (para um giro ainda mais à direita) nos últimos anos antes de chegar ao governo federal.

O mesmo se anuncia em relação à aliança de classes. A insistência de Robaina na defesa teórica das alianças com a burguesia, não se concretiza neste artigo ainda em um projeto para o Brasil. Mas seguramente essa discussão não deixará de ter um sentido prático, ao redor das alianças eleitorais.

Como dizíamos no início, a comemoração do aniversário da revolução russa não pode ser formal. A reivindicação da estratégia revolucionária de outubro é mais do que necessária neste momento. E isso implica na polêmica viva com os setores reformistas que negam frontalmente seu legado, ou a reivindicam para adequá-la a seus interesses.

PORTAL VAI PUBLICAR ESPECIAL SOBRE OS NOVENTA ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

DA REDAÇÃO

No ano em que se completam os 90 anos da revolução russa, o **Portal do PSTU** vai publicar um especial para comemorar a data. A partir do dia 1° de setembro, você poderá acessar um grande conteúdo – entre artigos, biografias e multimídia – sobre o tema. O especial vai integrar o conjunto das atividades comemorativas sobre a revolução, como debates, cursos e a série publicada no **Opinião Socialista**. Desejamos tornar o Portal uma referência na web sobre essa data histórica tão importante.

A relevância do legado da Revolução Russa para o debate do socialismo atual ganha importância, sobretudo, com os fatos acontecidos recentemente na América Latina, sacudida por levantes populares e revoluções. Pretendemos reafirmar a atualidade da estratégia revolucionária dos bolcheviques em 1917, desmentindo a farsa do "fim do socialismo", se contrapondo à esquerda reformista que se rendeu ao "canto da sereia" da democracia burguesa.

Para isso, vamos trazer para o leitor artigos concentrando-se sobre o período da revolução, como a revolução de fevereiro, as "Teses de Abril de Lênin", as jornadas de julho etc. Mas ao longo do ano, outros artigos serão publicados. Alguns deles dedicados ao debate sobre a estratégia revolucionária e ao processo de burocratização que levou à restauração do capitalismo na União Soviética.

Nosso objetivo é atender ao público do Portal, mas também atrair novo leitores, contribuindo na formação política. Para isso, vamos ter também uma seção de biografias, apresentando os principais dirigentes e personagens da revolução russa, de forma que o leitor possa ir conhecendo mais sobre os personagens enquanto lê a cronologia e os artigos.

No Portal você poderá acessar um conteúdo multimídia que permitirá ver imagens da época, vídeos e áudios, como o hino da internacional, papéis de parede, dicas de filmes que tratam sobre a revolução russa e uma galeria com os cartazes políticos russos.

DEBATES E SEMINÁRIOS SOBRE OS 90 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

SÃO PAULO (SP)
15 de setembro, às 16h, inauguração da sede Zona Sul. Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro

CAMPINAS (SP)
15 de setembro, às 14h na sede do PSTU, R. Marechal Deodoro, 786 - Centro